

# Editorial

Em meio aos impasses e desafios que cercam o debate atual sobre um projeto estratégico de transformação social para o Brasil, este número da revista *Serviço Social & Sociedade* apresenta, como referência analítica, um conjunto de reflexões e perspectivas que se colocam para o Serviço Social e para as Políticas Sociais neste início de século XXI, com suas profundas transformações societárias, o agravamento das desigualdades sociais e a “degradação da vida humana e da natureza” como nos lembra Barroco, no primeiro artigo deste número. Contexto que nos convoca para uma extensa, nova e inquietante agenda de questões e no qual, a partir de suas ambiguidades e contradições, emerge uma nova sociabilidade, decorrente das mudanças no mundo do trabalho e da metamorfose do cidadão, sujeito de direitos em consumidor individual do mercado. O que intensifica e aprofunda, para a profissão, demandas relacionadas à universalização das políticas públicas e realização de direitos para o conjunto da classe trabalhadora, em diversas perspectivas.

É, nesse sentido, que são tratados neste número da Revista, temas relativos à educação e à formação profissional dos assistentes sociais e de outros trabalhadores no âmbito das Políticas Públicas. Nessa direção, é problematizada a formação dos assistentes sociais, um dos eixos fundamentais do projeto profissional, no âmbito das contrarreformas do ensino superior brasileiro; e as práticas de educação em Saúde Pública, este último artigo desenvolvido à luz da teoria da Ação Comunicativa de J. Habermas.

Vem de Portugal uma contribuição para a reflexão sobre o *duo* exclusão-inclusão social, lançando um olhar, a partir da situação em Portugal e na União Europeia, sobre os fatores críticos que conduzem à exclusão social dos grupos mais vulneráveis e analisando as tendências das políticas sociais para combater os problemas emergentes na sociedade atual.

A precarização da vida dos trabalhadores e a experiência do PNQ, com sua proposta de qualificação de trabalhadores pobres que atuam nos postos de

trabalho “mais simples e de frágil proteção social”, é outro aspecto que expressa os estreitos limites em que se movem as perspectivas de integração social pela via do trabalho, como nos mostra o texto de Simone Lessa, que traz ao debate os impasses e os paradoxos contidos nessa experiência, que têm como suposto a ideia de que a educação é elemento central na superação da desigualdade social.

Ainda no campo das questões que envolvem o debate sobre as tendências do trabalho na sociedade contemporânea, comparece o estudo instigante sobre os interesses presentes em uma cooperativa de catadores de matérias recicláveis da cidade de Santa Helena (PR), no qual os autores concluem tratar-se de uma “*cooperfraude*”, ou seja, uma atividade econômica que suprimiu os princípios do cooperativismo, isentou o capital das responsabilidades trabalhistas e foi legitimada pelo Estado.

Finalizando o conjunto de artigos que compõem este número, são problematizados, no campo da gestão pública, os denominados benefícios eventuais como direitos a serem viabilizados em âmbito municipal pela política de assistência social, bem como os desafios que se apresentam na pesquisa sociourbânica para conhecer e acompanhar trajetórias de vida de moradores do espaço urbano. Como bem dizem os autores Koga e Ramos, “o (re)conhecimento sobre as trajetórias de vida dos chamados “usuários” das políticas públicas poderia representar uma chave importante para processos da gestão pública na qual os cidadãos encontrem-se na centralidade do interesse e prevaleça a conexão indivisível entre os campos urbano e social”.

Na seção de Resenhas, a professora Beatriz Augusto de Paiva apresenta e comenta o livro *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*, recém lançado pela Cortez Editora, destacando a importância da investigação crítica, do “conhecimento autônomo e coletivo” face aos enormes desafios para a garantia do direito socioassistencial no Brasil.

Fechamos este Editorial com o alerta da Professora Lúcia Barroco em relação à dimensão política que assume na atualidade o enfrentamento teórico do neoconservadorismo pela profissão, sendo uma tarefa que supõe “a desmistificação dos seus pressupostos e dos seus mitos irracionalistas que falseiam a história”. Esperamos que este número da revista *Serviço Social & Sociedade* seja uma contribuição nesta perspectiva.

Boa leitura!